

Evidências da reanálise da posição de tópico no português europeu

Edivalda Alves Araújo

Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

edivaldaaraujo@uneb.br

Resumo. *A gramática do português europeu moderno, de acordo com Raposo e Uriagereka (2005) e Galves (2001), licencia apenas construções de tópico com ênclise. Entretanto, a análise de dados do português europeu dos séculos XVIII e XIX, constantes no Projeto Tycho Brahe¹, revela que, nesse período, a gramática dessa língua licenciava construções de tópico tanto com ênclise quanto com próclise (esta em menor quantidade). Esses dados são uma provável evidência de que a posição sintática do tópico sofreu reanálise nos séculos XVIII e XIX a partir da gramática do século XVI, derivando a gramática do português europeu moderno, que não licencia construções de tópico com próclise.*

Abstract. *The grammar of the modern European Portuguese, according to Raposo and Uriagereka (2005) and Galves (2001), only licenses topic constructions with enclisis. However, the analysis of the data from the European Portuguese of 18th and 19th centuries, at the Tycho Brahe Project, reveals that, in this period, the grammar of this language licensed topic constructions either with enclisis or with proclisis (this in fewer quantities); These data are probable evidence that the syntactic position of the topic has undergone reanalysis on the 18th and 19th centuries from the grammar of the 16th century, deriving the modern European Portuguese grammar, that doesn't license topic constructions with proclisis.*

Palavras-chave: tópico, clítico, sintaxe, português europeu.

1. Introdução

Este trabalho tem como objetivo discutir a mudança sintática da posição do tópico no português europeu, considerando a sua relação com a posição dos clíticos. Para a realização dessa análise, estabelecemos como *corpus* cartas pessoais dos séculos XVIII e XIX, constantes no Projeto Tycho Brahe, e, a partir do que discutem Raposo e Uriagereka (2005), Galves (2003), Galves *et al* (2005) e Araújo (2006), propomos uma discussão dessas construções com o intuito de demonstrar que a posição do tópico sofreu reanálise do português clássico ao moderno.

¹ Disponível em : <http://www.ime.usp.br/~tycho/corpus>

2. A abordagem teórica

A colocação dos clíticos na língua portuguesa vem ocupando a atenção na área da sintaxe, porque a posição desses elementos na frase tem revelado características importantes, como, por exemplo, a diferença entre os constituintes quando eles ocupam a posição de foco ou de tópico. Alguns autores têm abordado o tema, ou numa abordagem fonológica (RAPOSO e URIAGEREKA, 2005), ou numa abordagem sintática (SHLONSKY, 2004), ou ainda numa abordagem morfo-sintática² (GALVES, RIBEIRO e TORRES MORAIS, 2005).

Ao longo dos tempos, a relação entre as construções de tópico e a posição dos clíticos vem se modificando, como já foi observado por alguns autores, dentre eles Ribeiro (1996), Torres Morais (1996) e Galves (2001, 2003). Em geral, considera-se que o português europeu tinha, em seu período arcaico, construções de tópico com ênclise, passando a construções de tópico com próclise, no período clássico, chegando a construções de tópico com ênclise no período moderno.

Ribeiro (1996), por exemplo, observa que, no português arcaico, é possível encontrar dois tipos de construção com tópico a depender da posição do clítico: se ocorrer a ênclise, o constituinte frontado é um tópico marcado; mas se ocorrer a próclise, o elemento frontado é um tópico V2, típico das construções de Topicalização V2, em que além da diferença na posição dos clíticos, tem-se também uma inversão na ordem dos constituintes, realizada em VS. Exemplo desse último tipo pode ser visto abaixo, extraído de Ribeiro (2001, p. 102 (16d)):

(1) E esto lhis fazia ele pêra lho agalardoar (DSG.1.22.7)³

Observa-se no exemplo acima o deslocamento à esquerda do objeto direto, realizado pelo pronome demonstrativo *esto*, e conseqüente inversão verbo-sujeito, *fazia ele*, e o clítico em posição proclítica, *lhis fazia*, diante de um tópico. Nesse tipo de construção X-VS, que caracteriza a topicalização V2, o clítico proclítico geralmente não é correferencial ao tópico, como apresenta Ribeiro (1996).

Galves⁴ (2003) apresenta como exemplo da variação ênclise/próclise com construções de tópico a análise dos Sermões de Antonio Vieira, do século XVII. Nessa análise, a autora mostra que a ênclise aparece de maneira consistente quando o tópico é contrastivo, como em (2)-(3); enquanto a próclise ocorre com os tópicos não-contrastivos, como em (4):

(2) [p. 91] O Juiso com que Deus ha-de julgar aos que mandam e governam, ha-de ser um Juiso durissimo; porque **aos pequenos conceder-se-ha**⁵ misericordia; porém

² O hífen separando a palavra foi usado propositalmente para dar a idéia de diferenciação e, ao mesmo tempo, junção.

³ O exemplo é dos Diálogos de São Gregório (DSG), texto do século XVI.

⁴ O texto *Sintaxe e estilo: colocações de clíticos nos sermões do Padre Vieira* foi-me gentilmente cedido pela professora Dra. Charlotte Galves, da UNICAMP, e faz parte do projeto "Padrões rítmicos, fixação de parâmetros e mudança lingüística" financiado pela FAPESP (Processo 98/03282-0).

⁵ Os grifos são da autora.

os grandes e poderosos serão poderosamente atormentados: Potentes potenter tormenta patientur

- (3) [p. 157] Deus vos livre de vossas boas obras, e muito mais das grandes; **os peccados soffremol-os** facilmente; **os milagres** não os podemos soffrer
- (4) [p. 123] **D'esta distincção que o Evangelista faz de livro a livros, se vê** claramente, que o livro era da vida, liber qui est vitae, e que os livros eram da conta, porque pelos livros foram julgados os mortos: Et judicati sunt mortui ex his quæ scripta erant in libris. (GALVES, 2003, p.9)

Interessa-nos aqui, principalmente, o fato de que, na história do português, havia a possibilidade de as construções de tópico ocorrerem ora com a ênclise ora com a próclise. Mas o fato de essas construções serem realizadas somente com a ênclise no português europeu moderno é uma indicação de que a posição sintática do tópico passou por algum tipo de reanálise dentro da língua, não lhe sendo mais permitido licenciar a próclise.

2.1 A colocação dos clíticos na perspectiva da análise fonológica

Raposo (2000), tomando como objeto de análise as construções com clítico do português europeu moderno, assume que os clíticos são determinantes que encabeçam projeções máximas, movem-se como núcleos e se adjungem fonologicamente à esquerda da categoria funcional que os hospeda. Para ele, seguindo a proposta de Uriagereka (1995), há uma projeção funcional, FP, entre CP e IP, que hospeda o clítico.

FP, para Raposo e Uriagereka (2005), é uma projeção funcional que estabelece a interface da sintaxe com o discurso, hospedando elementos que têm importe discursivo, como os operadores afetivos, dentre eles, os sintagmas quantificadores, sintagmas com operadores visíveis de foco, e elementos que codificam a polaridade de uma proposição, como os advérbios aspectuais *já*, *ainda*, *também*, o morfema negativo *não* e outras expressões negativas, assim como expressões enfáticas e de perguntas. Mas além desses operadores afetivos, essa categoria também pode receber outros elementos como o tópico, elemento ligado ao discurso porque estabelece um cenário para o que vai ser dito.

A importância dessa categoria funcional em relação à realização dos clíticos, para os autores, está no fato de que, a depender do elemento para aí movido nas orações matrizes, obtém-se ou próclise (no caso dos operadores afetivos) ou ênclise (no caso do tópico). O deslocamento desses elementos para F ocorre porque F envolve uma propriedade morfofonológica, mais especificamente, um traço que pode ser forte [afetivo] ou fraco [afetivo]. Se o traço for forte, ele dispara o deslocamento dos itens relevantes para a sua verificação na sintaxe visível, como os operadores afetivos; se for fraco, não há deslocamento de sintagmas afetivos para o seu domínio, resultando no traço [afetivo] *in situ*, o que implica deslocamento em Forma Lógica.

Vale acrescentar que Raposo e Uriagereka (2005) consideram que essas opções de deslocamento não são paramétricas porque uma mesma língua pode dispor de ambos

os traços ou apenas de um. F, nessa perspectiva, pode ser dotado de traços- ϕ , participando do sistema de Caso/Concordância, com as seguintes possibilidades:

- (5) A. i. [afetivo, + ϕ]ii. [afetivo, + ϕ]
- B. iii. [afetivo, - ϕ]
- C. iv. [afetivo, - ϕ] (RAPOSO; URIAGEREKA, 2005)

Em termos diacrônicos, os autores acreditam que as línguas românicas podem ter tido o traço [f] morfofonologicamente forte, passando de línguas do tipo A (5i-ii), conservadoras, como o português europeu, para línguas do tipo C (5iv), radicais, como o francês, presumivelmente com uma etapa intermediária nas línguas de tipo B (5iii), como o espanhol.

A base da proposta desses autores está em eles considerarem os clíticos como determinantes que encabeçam um DP, assim como os artigos, o que implica que eles devem estar inseridos em um grupo prosódico em forma fonética. Desse modo, o seu movimento se transforma numa operação de último recurso, não para verificar traços, mas para evitar o fracasso em Forma Fonética. Em termos mais precisos, o clítico deve ter um hóspede fonológico adjacente em seu domínio imediato de c-comando dentro do DP, onde eles são proclíticos. Os clíticos sofrem fusão com esse hóspede, sendo essa fusão uma operação morfológica do componente da Forma Fonética, que se aplica dentro de um ciclo fonológico, como se pode observar no seguinte exemplo:

(6) Não comprei [_{DP} o carro vermelho]

(7) Não comprei [_{DP} o vermelho]

Dado o devido contexto, em (6), o artigo determinante o é fundido com o seu hóspede, o NP carro. Na ausência do NP, o artigo funde-se com o AP vermelho, em (7), formando um grupo fonológico. Mas se não houver um hóspede interno ao DP, como em:

(8) *não comprei [_{DP} o -]

a derivação fracassa em PF, o que leva a uma operação de último recurso: o clítico se move para uma posição que contém o verbo onde ele possa encontrar o hóspede apropriado para a sua fusão, de modo a evitar o fracasso:

(9) Não o comprei.

Em uma sentença como acima, em que a negação se caracteriza como o hóspede do clítico, o clítico se move para Infl e se adjunge à esquerda do seu operador; mas em sentenças como em (10), abaixo, em que não há um hóspede para o clítico, depois que o clítico se move para Infl, o verbo se move para F para ser o hóspede apropriado para o clítico:

(10) Comprei-o.

Essa operação evidencia que os clíticos determinantes se movem para uma posição onde seus requerimentos prosódicos sejam encontrados. Raposo e Uriagereka (2005, p. 16), então, propõem que:

(11) *Clitic placement universally left-adjoins a clitic to its target head*⁶.

Por ser (11) uma característica universal de adjunção dos clíticos à esquerda, tem-se uma explicação para a alternância próclise-ênclise, uma vez que uma ou outra é resultado do atendimento aos requerimentos prosódicos do clítico. Como o resultado final da colocação dos clíticos está relacionado aos requerimentos da Forma Fonética, os autores defendem que:

(12) *Clitics are the last elements to adjoin to their target head*⁷. (p.16)

A adjunção dos clíticos por último, na derivação, pode ser ou devido aos requerimentos morfológicos que forçam os clíticos a aparecerem na margem do núcleo que os contém ou em função de seus requerimentos em Forma Fonética.

Em termos gerais, Raposo e Uriagereka (2005) acreditam que o movimento do clítico está relacionado a um fator fonológico, que afeta a capacidade de o clítico aparecer na posição inicial, conforme as restrições da lei de Tobler-Mussafia. Esse fator fonológico está em jogo no português europeu, uma vez que, nessa língua, os clíticos são elementos enclíticos, o que indica que eles não têm independência prosódica e precisam de um hóspede fonológico à sua esquerda, nas situações marcadas. Nas situações não-marcadas, na falta de um hóspede fonológico, os clíticos se adjungem à esquerda de seu hóspede funcional.

Os autores defendem que a próclise é um padrão não-marcado, enquanto a ênclise é uma forma marcada, requerendo derivação extra, de último recurso, como, por exemplo, o alçamento do verbo para F. Uma das evidências de que a próclise é o padrão não-marcado nas línguas românicas, de acordo com os autores, está no fato de que, entre elas, há línguas que manifestam apenas a próclise, enquanto outras manifestam a próclise e a ênclise, mas não há línguas em que haja somente a ênclise.

A vantagem dessa proposta está no fato de ela conseguir capturar as operações realizadas na Forma Fonética para salvar uma construção com clítico, depois que os requisitos sintáticos são esgotados. Ou seja, apresenta uma explicação para a diferença entre a próclise e a ênclise baseada nas operações realizadas na Forma Fonética que impedem que uma derivação fracasse.

Apesar dessa vantagem, consideramos que um dos problemas desta proposta está na assunção de que a projeção funcional que hospeda o clítico está no domínio do sistema C, fora do domínio do IP. Tal perspectiva contraria a assunção de que tanto a negação quanto os advérbios baixos encontram-se internos a IP. Se esses elementos

⁶ Tradução: A colocação dos clíticos universalmente adjunge à esquerda um clítico a seu núcleo alvo.

⁷ Tradução: Os clíticos são os últimos elementos a se adjungirem ao seu núcleo alvo.

estão internos a IP, então eles não poderiam ser hóspedes do clítico, uma vez que a projeção hospedeira estaria no sistema C.

Um outro problema está no fato de esta proposta não diferenciar a posição do tópico da posição do foco, desde que tanto o tópico como o foco se movem para FP. Se ambos se movem para FP, seja em adjunção, como o tópico, seja para o especificador dessa projeção, como o foco, não há uma justificativa para que este, mas não aquele, possa ser o hóspede fonológico para o clítico. Ambos estão na mesma projeção e, na ausência do foco, não havendo material interveniente, não haveria empecilho para que o tópico pudesse ser o hóspede para o clítico, uma vez que este seria só um processo de forma fonética.

2.2 A colocação dos clíticos na perspectiva da análise sintática

Diferente da abordagem acima, Shlonsky (2004) defende que o que define a colocação dos clíticos tanto no catalão, espanhol e italiano quanto no português europeu, galego e outras variedades ibéricas é finitude. Para ele, a ênclise é a regra em orações afirmativas infinitivas de complemento e de sujeito; e a próclise é possível em orações infinitivas negadas, assim como em orações adverbiais que contêm um infinitivo flexionado. Mas ambas, próclise e ênclise, são possíveis em orações adverbiais que contêm um infinitivo não flexionado.

Em relação ao contexto de oração finita, só a ênclise é possível nas orações raízes afirmativas; enquanto a próclise é requerida em orações subordinadas e negativas assim como em sentenças em que a periferia esquerda é ativada por expressões-*wh* ou por tópicos contrastivos ou enfáticos.

O autor acredita que a ênclise no português é possível porque os núcleos funcionais associados com a morfologia finita são mais baixos do que o lugar da cliticização. Em função disso, ele descarta a possibilidade de uma posição periférica no sistema C para acomodação dos clíticos, uma vez que, se isso realmente estivesse correto, o lugar de cliticização estaria mais alto do que a morfologia finita, que está dentro de IP, o que implicaria ênclise generalizada nas orações finitas.

Shlonsky (2004), então, assume que a cliticização em português está localizada em um núcleo funcional interno ao IP, do mesmo modo que no italiano, estando a diferença entre essas línguas na posição da flexão finita: mais alta no italiano; mais baixa no português. Uma das evidências está na posição do advérbio baixo *quase*: em italiano, ele segue o verbo; em português, ele o precede, ao mesmo tempo em que atrai o clítico, sendo o seu hóspede fonológico; o que indica que a flexão finita do português é mais baixa do que em italiano.

Em relação à próclise, o autor indica que, em português, embora a flexão finita não interfira no caminho da ênclise, a negação a bloqueia, como se pode ver no exemplo abaixo:

(13) a. João deu-lhe este livro.

b. João não lhe deu este livro. (SHLONSKY, 2004, p. 338 (19))

O contraste entre os exemplos em (13a) e (13b) indica que o núcleo da negação está posicionado mais alto do que o lugar da cliticização e que ele atrai um traço do complexo verbal da pré-cliticização. Além da negação, também a focalização e o movimento visível do *wh*- exercem o efeito de bloquear a ênclise, uma vez que, em ambos os casos, ocorre o movimento de I para C, como em (14):

- (14) a. O que *lhe* deu a Maria ontem?
b. ISSO *lhe* disse eu. (SHLONSKY, 2004, p. 342 (30))

Com o movimento de I para C, a fonte do traço atraído está abaixo do lugar de cliticização e a adjunção do verbo ao clítico tornaria o traço inacessível à verificação pelo núcleo *wh*- em Comp, como mostram os exemplos em (22).

Quanto à próclise em orações encaixadas, ela é explicada em função de que Fin^0 está sempre ativo em orações encaixadas e, conseqüentemente, atrai um traço de T. Estando o lugar de cliticização configurado entre *Fin* e T, a ênclise é bloqueada, obtendo-se a próclise.

Essa proposta tem a vantagem de localizar o lugar de cliticização interno ao IP, o que consegue explicar a relação que o clítico tem com os advérbios baixos e com a negação. Mas há outros fatos que precisam ser considerados: (i) o autor não justifica por que o verbo tem sempre que se mover para o lugar de cliticização; (ii) se o morfema de futuro é mais alto do que o lugar de cliticização, teríamos a próclise ao morfema de futuro e não a ênclise à raiz verbal nos casos de mesóclise (*ver-te-ei*), como argumenta o autor; (iii) se os contextos em que a próclise ocorre são mais freqüentes do que os da ênclise, então é esta que é a opção marcada, e não o contrário. Nesse sentido, a proposta de Raposo e Uriagereka (2005) é mais adequada porque a próclise é considerada a opção não-marcada, enquanto a ênclise ocorre como um processo de derivação para salvar a estrutura em Forma Fonética.

2.3 A colocação dos clíticos na perspectiva da análise morfo-sintática

Em Galves, Ribeiro e Torres Morais (2005), encontramos uma explicação mais detalhada de por que a colocação do clítico é um fenômeno morfológico e, ao mesmo tempo, sintático e fonológico. Para elas, os clíticos são considerados afixos e, como tais, estão sujeitos às restrições de alinhamento. Desse modo, o padrão de colocação do clítico em português europeu deriva da interação das seguintes restrições:

Edgemost (*L, I-bar*): a clitic is aligned with the left edge of I-bar

Non-initial (*I X-bar*): a clitic cannot be the first element of the first X-bar of the clause.^{8/9}

(GALVES; RIBEIRO; TORRES MORAIS, 2005, p.160)

⁸ Tradução: Mais à margem (*L, I-barra*): um clítico é alinhado com a margem esquerda de I-barra.

Não-inicial: (*I X-barra*): um clítico não pode ser o primeiro elemento do primeiro X-barra da oração.

⁹ Os grifos são das autoras.

Essa proposta explica por que a ênclise não é encontrada nos contextos em que o verbo está na primeira posição na oração no português europeu. Uma vez que *não-inicial* é mais alto do que *mais à margem*, a ênclise vai ser desencadeada todas as vezes que nenhuma categoria funcional for projetada acima de IP, o que implica que I é o primeiro elemento da oração. Nos casos de próclise obrigatória, ao contrário, há sempre uma categoria funcional projetada acima de IP.

Apesar de ser uma abordagem morfológica, essa análise, conforme Galves, Ribeiro e Torres Morais (2005), também articula um componente sintático e um componente prosódico, uma vez que, sintaticamente, define o lugar de realização do clítico e o domínio em que ele não pode ser inicial, IP, ao mesmo tempo em que, fonologicamente, indica a sua proibição como elemento inicial. Uma das vantagens dessa análise, de acordo com as autoras, está no fato de não limitar a ênclise apenas à ocorrência do verbo na primeira posição¹⁰, o que explica os casos em que, mesmo com a ocorrência de um sujeito interno à oração, a ênclise é desencadeada, visto que IP continua sendo a primeira projeção funcional da oração.

Acreditamos que, para dar conta dos padrões encontrados tanto no português clássico quanto no português europeu moderno, essa proposta é uma das mais completas, inclusive porque trabalha no nível das interfaces morfologia-sintaxe-fonologia. Há um fato, entretanto, que precisa ser apontado: considerando-se que, se há uma projeção funcional acima de IP, a próclise é desencadeada, uma vez que IP é *não-inicial*, o modelo não consegue explicar por que o preenchimento da posição de TopP desencadeia a ênclise enquanto o preenchimento de FocP desencadeia a próclise. Se ambas são projeções funcionais externas à oração, os resultados sintáticos deveriam ser os mesmos: ou próclise para as duas ou ênclise.

3. Contextos de próclise

A discussão em torno da próclise e da ênclise tem ocupado muitas páginas de pesquisas, mas, de acordo com Galves (2003), o desafio consiste em explicar a colocação dos clíticos em português está justamente na realização da ênclise, pois é ela que muda no decorrer da história. A próclise permanece constante nos mesmos contextos do português clássico ao moderno, conforme dados por ela apresentados:

a. em orações negativas¹¹

(15) O Paulo não me fala

b. em orações subordinadas

(16) Todo mundo sabe que a viste.

(17) Se tu me tivesses dito...

¹⁰ Diferente do que é previsto na Lei de Tobler-Mussafia, de acordo com a qual apenas o verbo em primeira posição na sentença induz a ênclise.

¹¹ Os exemplos e os contextos foram retirados de Galves (2003a; p.1)

c. em orações em que o sintagma pré-verbal é um quantificador, em (18), ou um operador wh-, em (19):

(18) Alguém me chamou.

(19) Quem me chamou?

d. com sintagmas focalizados

(20) Só ele a entende.

e. com um advérbio de certa classe

(21) Eu (sempre, ainda, já) a encontrei no mercado

Dados diacrônicos mostram que o português clássico era eminentemente proclítico até o século XVIII, começando a mudar a partir deste século para um padrão enclítico nas estruturas XP-Vcl, em que XP é um sintagma [+referencial], conforme análise apresentada por Galves, Britto e Paixão de Souza (2003) e Paixão de Souza (2004).

Essa é uma evidência de que a ênclise, diferente da próclise, tem mudado. Além disso, de acordo com Galves (2003a), no português europeu moderno, diferente do português clássico, podem ser atestados casos de ênclise obrigatória nos seguintes contextos de orações raízes afirmativas:

a. em construções com verbo em primeira posição (V1)¹²

(22) Encontrei-o ontem

b. com adjuntos adverbiais

(23) Ontem, encontrei-o.

c. com sujeitos referenciais que precedem o verbo

(24) O Paulo falou-me.

d. com tópicos

(25) O João, visitei-o ontem.

Dos contextos acima, em a-d, o que permanece constante do português clássico ao português europeu moderno é o fato de a ênclise ser obrigatória em contextos em que o verbo está na primeira posição. Nos outros casos, como em b-d, havia, no português clássico, uma variação entre próclise e ênclise com uma predominância muito maior de próclise (cf. PAIXÃO DE SOUZA, 2004).

Galves (2003) acredita que os casos de ênclise são observados quando o verbo não está em uma relação de concordância spec-núcleo com o sujeito, o que implica que o sujeito está fora da oração, na posição de tópico, por exemplo. Em sua opinião, essa

¹² Os contextos e exemplos foram retirados de Galves (2003; p.1)

externalidade do sujeito é um dos fatores fundamentais para o desencadeamento da realização da ênclise.

4. A colocação dos clíticos no *corpus* do português europeu (XVIII e XIX)

Dos fatos citados acima, interessa-nos que existe uma variação entre próclise e ênclise com as construções de tópico, com predomínio da ênclise. Em função dessa alternância, é possível encontrar, na parte do *corpus* Tycho Brahe aqui analisada, construções de tópico com próclise ou ênclise, como se pode ver nos exemplos abaixo, tanto no século XVIII quanto no século XIX:

4.1 Construções de tópico com ênclise

SÉCULO XVIII

- (26) “Ao amigo que prega os guardanapos grandes, sucedeu-**lhe** neste dia uma desgraça.” (CO.4.31.pe.18)
- (27) “Erba, vi-**o** tocar muitas vezes a meu gôsto em casa de um discípulo seu, sobrinho do cónego de Santiago de Galiza aonde nos fizemos conhecidos” (AC.3.43.pe.18)
- (28) “Quanto a mim - enfadem-**se** muito embora os senhores homens - tenho assentado em que devemos ser constantes e fiéis, ou permitir às mulheres que sejam instáveis e ligeiras *sicut* andorinha no Verão.” (CO.25.124.pe.18)
- (29) “quanto à companhia, seguro-**lhe** a Vossa Mercê que bem a desejava” (AC.11.126.pe.18)

SÉCULO XIX

- (30) “O prólogo para o Mandarim mandá-**lo-ei** ao Mickiewicz diretamente, como tu indicas”. (EQ.QM.1.53.pe.19)
- (31) “A história que se prestava pelo pitoresco, contei-**a** com tão bom humor que fiz chorar de riso.” (RO.18.98.pe.19)
- (32) “E quanto ao modo de remessa, far-**me-ia** muito favor de mandar entregar esta bagatella em Londres por Francisco Wanzeller.” (AG.107.95.pe.19)
- (33) “A respeito de Prado diz-**me** Queiroz: ‘Não sei se Você já o viu depois de casado. Se viu não lhe digo nada. Se não viu também lhe não digo nada.’” (RO.22.111.pe.19)

Ao lado dessas construções de tópico com ênclise, também foram encontradas construções de tópico com próclise, como as que se apresentam abaixo:

4.2 Construções de tópico com próclise

SÉCULO XVIII

- (34) “Neste termo desgraçado se achava Seleuco, o qual sem ousadia para descobrir o amor excessivo que tinha a Estratónica, manceba del-rei seu pai, entrou em uma tristeza tão profunda que, reduzindo-se a doença perigosa, a tinham já suposto sem remédio.” (CO.11.76.pe.18)
- (35) “Por meu irmão me mandou Vossa Alteza Real segurar que nada me havia de suceder, que ficasse descansada.” (MA.48.181.pe.18)
- (36) “Além de poder pregar a partida na cabeça dum tihoso, tem boca de praga, e em matéria de honra e crédito das suas amigas nos faz estalar de riso, fazendo-se-lhes ver a elas o sete-estrela.” (CO.4.18.pe.18)

SÉCULO XIX

- (37) “De mim lhe direi sem rebuso que trago atravessada a ideia de não ser eleito pela minha terra.” (AG.64.56.pe.19)
- (38) “Esse um m'o mandou e eu t'o mando” (AG.93.82.pe.19)
- (39) “Explicações as dará por escrito.” (EQ.QM.27.99.pe.19)
- (40) “Desse livro se depreende que os portugueses eram então estimadíssimos na sociedade espanhola.” (RO.16.90.pe.19)

Nos dados apresentados acima, dos séculos XVIII e XIX, é digno de nota observar a diferença entre os tipos de tópico e a relação entre a ênclise e a próclise. À primeira vista, verificamos a realização da ênclise com todos os tipos de tópico, mas a próclise parece só ocorrer, em sua maioria, com tópicos da CLLD.

Um outro fato merece ser destacado: o mais interessante nos dados do português europeu dos séculos XVIII e XIX é que, apesar de as construções com tópico apresentarem variação entre próclise e ênclise, as construções com foco apresentam apenas a próclise; não há variação para esse tipo de construção.

5. A mudança no traço sintático dos tópicos e a relação com a colocação dos clíticos

O tópico e o foco são posições externas à oração, mas apresentam comportamento sintático diferenciado em relação à colocação dos clíticos no português europeu: próclise com as construções de foco e ênclise com as construções de tópico, como vimos discutindo até então.

Alguns autores, como Shlonsky (2004) e Raposo (1996), argumentam que a próclise nas construções de foco é justificada porque este, diferente do tópico, dispara o movimento de I para C, o que provoca, inclusive, inversão na ordem dos constituintes. Nesse deslocamento, o clítico encontra o seu apoio fonológico no foco (cf. RAPOSO e URIAGEREKA, 2005), ou, em função do movimento para C, o verbo não pode subir para o lugar de cliticização para verificar o traço do clítico (cf. SHLONSKY, 2004), o que provoca a próclise.

Aceitamos como ponto pacífico que o foco tem um comportamento sintático diferente do tópico, inclusive pela sua relação de operador ligando uma variável interna à oração (cf. RAPOSO, 1996; RIZZI, 1997; BENINCÀ, 2004), o que o leva a disparar a

próclise, seja pelo movimento de I para C, seja em função de algum critério que deva ser satisfeito nessa relação que o foco tem com a oração.

Os dados do período clássico da língua evidenciam que qualquer outra projeção funcional acima de IP poderia colocá-la em segunda posição, derivando, conseqüentemente, a próclise. A posição de tópico, entretanto, perdeu essa propriedade, passando a ser “invisível” para a projeção IP, e, conseqüentemente, junto com ela, IP continua inicial.

Observe que essa percepção é coerente com o fato de que qualquer outra projeção conta como primeira projeção antes de IP, menos a de tópico, conforme esquema representativo abaixo:

(41) CP ForceP (**TopP**) IntP ModP (**TopP**) FocP (**TopP**) FinP AdvP NegP IP

Esse dado é consistente com os contextos apresentados por Galves (2003) em relação à realização da próclise, em (15)-(21) acima, uma vez que todas as projeções funcionais colocadas em (41) refletem os contextos indicados por essa autora nos exemplos citados, com exceção de TopP. A posição de TopP está justamente entre parênteses, para mostrar que essa posição não é “vista” sintaticamente como uma projeção que coloque IP em segunda posição.

Pelo alinhamento com as posições colocadas em (41) e os contextos apresentados por Galves (2003) em (15)-(21) para os casos de próclise, encontramos a relação de um para um entre eles:

(42) Com orações negativas = NegP – em (15)

Orações subordinadas = CP / Force P – em (16)-(17)

Orações com operador wh- = IntP / FocP – (18)-(19)

Orações com sintagmas focalizados = ModP / FocP – em (20)

Com a presença de certos advérbios = AdvP – (21)

Como se pode observar, comparando-se a representação em (41) com os contextos em (42), a única projeção funcional antes de IP que passa por um processo de mudança, do português clássico ao moderno, é a de TopP. É ela que deixa de poder colocar IP em segunda posição, *não-inicial*, continuando ele, mesmo em sua presença, a ser inicial.

Se, como supomos, a posição de tópico no século XVI podia contar como projeção funcional antes de IP, nesse caso, assim como outras projeções, ela poderia servir como apoio fonológico para o clítico (cf. ARAÚJO, 2005), desencadeando a próclise, uma vez que IP seria *não-inicial*. Tal fato não parece tão estranho, uma vez que outras projeções funcionais antecedem IP e servem como apoio fonológico para o clítico.

Se o português europeu, ao longo de sua história, conforme o defendem Raposo e Uriagereka (2005), manteve, além do traço [-afetivo], o traço [+afetivo], sendo este o provocador do deslocamento de operadores afetivos aos quais o clítico se adjunge à esquerda, como explicar os casos em que o tópico licencia a próclise, não sendo este um

operador afetivo? Levantamos, em Araújo (2005), duas possibilidades para explicar esse fato: ou o português europeu sofreu modificações nesse traço [afetivo]; ou a posição do tópico sofreu reanálise ao longo do tempo. A primeira opção não se justifica, uma vez que subsistem no português europeu moderno as duas possibilidades: tanto o movimento de um constituinte para a posição de foco na periferia à esquerda ou a ocorrência da focalização *in situ*, isto é, à direita do verbo. A segunda opção se revela mais apropriada porque os exemplos entre (34)-(40) indicam a possibilidade de ocorrência do tópico com próclise.

Considerando que a segunda opção seja a correta, acreditamos que, preenchida a posição do tópico, ela podia colocar IP em segunda posição e salvar a construção com a próclise em Forma Fonética, sem haver a necessidade de recorrer ao movimento do verbo como último recurso.

Acreditamos que, com a provável mudança lingüística a partir do século XVIII, a posição de TopP parece ter perdido algum traço sintático que a ligava à oração, tornando-se ainda mais ligada ao discurso, “afastando-se” da oração. Em função disso, ela deixa de poder contar como projeção funcional antecedendo IP, colocando-a em segunda posição, e a não poder servir como apoio fonológico para o clítico. Evidência de que tal traço sintático tenha existido está no fato de que são justamente as construções com CLLD que permitem a próclise, como foi mostrado nos exemplos em (34)-(36) e em (37)-(40), dos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Nessas construções, há a obrigatoriedade de conectividade entre o sintagma deslocado à esquerda e o clítico interno a IP (cf. CINQUE, 1990; BRITO; DUARTE; MATOS, 2003). A posição do tópico nessas construções pode ter sido reanalisada, o que a levou a perder o traço sintático que a ligava à oração, deixando de poder contar como projeção antes de IP e, conseqüentemente, de disparar a próclise.

Evidências de que o português passou por mudanças na sua forma de topicalizar encontramos no português europeu moderno, visto que são atestadas algumas construções de tópico, como as apontadas por Brito, Duarte e Matos (2003), mas que não são encontradas no período em estudo, séculos XVIII e XIX. É o caso, por exemplo, da Topicalização Selvagem. Além disso, as construções de topicalização V2, detectadas por Ribeiro (1996) no português arcaico, foram raramente encontradas no *corpus* em análise. Essa é mais uma evidência de que a posição de tópico pode sofrer mudanças.

6. Considerações finais

Discutimos neste texto a possibilidade de a posição de tópico ser contada como projeção funcional que colocava IP em segunda posição, no português clássico, podendo, servir como hóspede fonológico para o clítico. Em função de mudanças em seus traços sintáticos, a posição de TopP perdeu essa propriedade, passando a ser sintaticamente “invisível” para IP.

7. Referências bibliográficas

ARAÚJO, Edivalda A. A relação entre as construções de tópico e a posição dos clíticos no português europeu dos séculos XVIII e XIX. In: *Inventário*. 4. ed., jul/2005. Disponível em: <<http://www.inventario.ufba.br/04/04earaujo.htm>>

ARAÚJO, Edivalda A. *As Construções de Tópico do Português nos Séculos XVIII e XIX: uma abordagem sintático-discursiva*. Tese de doutoramento. Salvador: UFBA: Instituto de Letras, 2006.

BENINCÀ, Paola. The left periphery of medieval romance. Disponível em: <<http://www.humnet.unipi.it/slifo/2004vol2/Beninca2004.pdf>>

BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês; MATOS, Gabriela. Frases com tópicos marcados. In: MIRA MATEUS et alii. *Gramática da língua portuguesa*. 5.ed. rev. e aum. Lisboa: Caminho, 2003. p.489-502

CINQUE, Guglielmo. *Types of \bar{A} -dependencies*. Linguistic Inquiry Monographs. London, England: MIT Press, 1990.

GALVES, Charlotte. Clitic-placement in the History of Portuguese and the Syntax-Phonology Interface. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~tycho/papers/cgalves_2003.pdf>

GALVES, Charlotte; RIBEIRO, Ilza; TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. de. Syntax and Morphology in the Placement of Clitics in European and Brazilian Portuguese. In: *Journal of Portuguese Linguistics*. n. 2. vol. 4. 2005. p.143-177

GALVES, Charlotte; BRITTO, Helena; PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. The Change in Clitic Placement from Classical to Modern European Portuguese: Results from the Tycho Brahe Corpus. Disponível em: <http://www.ime.usp.br/~tycho/papers/cgalves_britto_psousa_2003.pdf>

GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

PAIXÃO DE SOUZA, Maria Clara. *Língua barroca: sintaxe e história do português nos 1600*. Tese de Doutorado. Campinas, SP: UNICAMP/IEL, 2004.

RAPOSO, Eduardo. Towards a unification of topic constructions. UCSB. 1996. Texto inédito. s/r.

RAPOSO, Eduardo. Clitic Positions and Verb Movement. In: COSTA, João. (ed.) *Portuguese Syntax: new comparative studies*. New York: Oxford University Press, 2000. p. 266-297.

RAPOSO, Eduardo; URIAGEREKA, Juan. Clitic Placement in Western Iberian: A Minimalist View. In: CINQUE, Guglielmo and KAYNE, Richard S. (org.) *The Oxford Handbook of Comparative Syntax*. New York: Oxford University Press, 2005, p. 639-697

RIBEIRO, Ilza. A ordem dos constituintes na Carta de Caminha. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *A Carta de Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. Salvador: UFBA, 1996. p. 29-62.

RIBEIRO, Ilza. Sobre a perda da inversão do sujeito no português brasileiro. In: MATTOS E SILVA, R. V. (org.) *Para a história do português brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: FAPESP, 2001. p. 91-126.

RIZZI, Luigi. The fine structure of the left periphery. *In: HAEGEMAN, Liliane. (Org.) Elements of grammar: handbook of generative syntax.* London: Kluwer Academic Publishers, 1997. p. 281-337.

SHLONSKY, Uri. Enclisis and Proclisis. *In: RIZZI, Luigi. The structure of CP and IP: the cartography of syntactic structures.* New York: Oxford University Press, v.2, 2004. p. 329-353.

TORRES MORAIS, Maria Aparecida C. R. de. Aspectos diacrônicos do movimento do verbo, estrutura da frase e caso nominativo no português do Brasil. *In: KATO, M. A; ROBERTS, Ian. (org.). Português brasileiro: uma viagem diacrônica.* 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. p. 263-306.